



Junta de Freguesia de São Martinho do Porto

Regulamento do Posto
Público de Internet

Ano
2011



REGULAMENTO DE POSTO PÚBLICO DE INTERNET FREGUESIA DE S. MARTINHO DO PORTO

Preâmbulo

A criação de espaços Internet de acesso público, servidos por monitores, é uma medida prioritária da iniciativa Internet e visa a socialização dos cidadãos às tecnologias de informação e à Internet. Assim, comungando da preocupação de trazer as populações, ao conhecimento de novas tecnologias.

Qualquer espaço aberto ao público, mas este em especial; necessita de regras de funcionamento, para que os objectivos se possam cumprir e os seus utentes saibam previamente quais os seus direitos e deveres.

No uso da competência conferida pela alínea b) do n.º 5 do artigo 34.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para efeitos de posterior aprovação pela Assembleia de Freguesia de São Martinho do Porto, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 17.º da mesma lei, propõe-se a apreciação do seguinte Projecto de Regulamento.

Artigo 1.º

Âmbito

1. O presente regulamento destina-se a regular o funcionamento e utilização do Espaço Internet de São Martinho do Porto.
2. O Posto Público de Internet de São Martinho do Porto é um espaço público destinado ao acesso grátis dos cidadãos, às novas tecnologias de informação e Internet, promovido pela Junta de Freguesia de São Martinho do Porto.
3. A coordenação do Posto Público de Internet de São Martinho do Porto pode, em qualquer momento, alterar as cláusulas vigentes, desde que respeite os procedimentos e competências legais.

Artigo 2.º

Gestão

Compete à Junta de São Martinho do Porto a criação do Posto Público de Internet de São Martinho do Porto, bem como, directamente ou por delegação, garantir a gestão e manutenção das instalações, equipamentos, recursos humanos e a promoção de actividades destinadas a todas as camadas da população do município.

Artigo 3.º

Objectivo

O Posto Público de Internet de São Martinho do Porto é um espaço de apoio ao uso da Internet, que contempla uma vertente pedagógica, dinamizada através de acções de formação específicas e de sensibilização que visam o aproveitamento, a utilização e a apropriação plena das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) por parte do cidadão. Promove na sua intervenção, a divulgação e informação sobre as iniciativas desenvolvidas no âmbito da sociedade da informação, aos mais diversos níveis, procurando integrá-las e articulá-las ao nível local. Desta forma, pretende-se contribuir para a formação e certificação básica dos



A. J. F.

cidadãos, no que diz respeito ao uso das tecnologias de informação, em especial a Internet.

Artigo 4.º

Horário

1. O Posto Público de Internet funciona de segunda a sábado.
2. O horário de funcionamento é o seguinte: de segunda-feira a sábado, das 14 às 20 horas, ininterruptamente;
3. Este horário pode ser alterado pontualmente, de acordo com as actividades a desenvolver, sendo afixado respectivo aviso de alterações.
4. O horário de funcionamento pode ainda ser alterado com carácter definitivo, por deliberação da Junta de Freguesia, caso se justifique, devendo o novo horário ser amplamente divulgado.

Artigo 5.º

Permanência e utilização

1. O Posto Público de Internet está destinado a toda a população, sem limite de idades.
2. Os cibernautas usufruem do acesso à Internet e utilização do espaço e seus equipamentos gratuitamente.
3. O Posto Público de Internet dispõe de dois animadores/monitores para o apoio técnico ao utente, e a quem cabe a gestão do tempo disponível por utilizador, em função do número de utilizadores presentes. Esses animadores/monitores estarão devidamente habilitados para organizarem sessões de formação do uso da Internet, acesso a serviços públicos de Internet, construção de páginas de Internet, bem como acções de dinamização das novas tecnologias.
4. O acesso ao Posto Público de Internet é livre, estando sujeito à atribuição de um número de utilizador, mediante o preenchimento de ficha de inscrição. Posteriormente será facultado um cartão de acesso ao computador, mediante a entrega de um cartão de identificação. Os utilizadores deverão fazer-se acompanhar desse mesmo cartão sempre que recorram ao Posto Público de Internet de São Martinho do Porto.
5. Os utilizadores deverão reger a sua permanência de acordo com as normas de civilidade exigíveis, nomeadamente das decorrentes do respeito pelos demais utilizadores.
6. No início de cada utilização, o utilizador deverá registar-se junto do animador/monitor. A utilização dos computadores organiza-se em períodos de trinta minutos, findos os quais, entrará quem estiver em primeiro lugar na fila de espera. Caso não exista fila de espera, poderá continuar a sua utilização em períodos sucessivos de trinta minutos. Com a chegada da primeira pessoa, o lugar deverá ser cedido por quem está há mais tempo neste espaço. Caso os computadores estejam todos ocupados por utilizadores no primeiro período de trinta minutos, será possível a inscrição em lista de espera, que exige a presença do utente até à chegada da sua vez. Tratando-se de utilizador, que, nesse mesmo dia, tenha utilizado o Posto Público de Internet, terão prioridade utilizadores que ainda o não tenham feito.
7. Os utentes poderão realizar trabalhos, desde que sejam respeitadas as normas de utilização.



A. P.
S. J.

8. Poderão ter prioridade de acesso aos terminais da Internet, estudantes, professores, investigadores e outras pessoas que comprovadamente manifestem urgência na execução de consultas ou pesquisas, principalmente quando tal se destine a trabalhos escolares, cabendo exclusivamente ao animador/monitor aceitar a determinar o grau de validade dessa prioridade, fixando o tempo de navegação para o efeito.
9. É também permitido aos utilizadores acederem aos programas de conversação (chats) e jogos, porém, estes terão de ceder o seu lugar sempre que alguém necessite de um computador para pesquisar informação e não haja outros computadores vagos.
10. Num dos postos devidamente adaptado, dá-se prioridade a deficientes.
11. Os utentes poderão consultar e utilizar o seu e-mail pessoal.
12. O download de ficheiros, a criação de pastas e a gravação de conteúdos no PC está sujeito a autorização do animador/monitor do espaço. Caso sejam autorizados, deverão ser removidos pelo utilizador no final da respectiva utilização.
13. A fim de prevenir qualquer prejuízo para o Posto Público de Internet, designadamente para salvaguardar o equipamento informático e software instalados, o animador/monitor poderá interromper a utilização de um determinado posto de acesso à Internet.

Artigo 6.º Condições de utilização

1. A utilização das drives (disquetes ou CD-ROM), está sujeita a autorização do animador/monitor.
2. A utilização das impressoras está sujeita a autorização prévia do animador/monitor, a quem compete gerir os recursos em função da disponibilidade, relevância e razoabilidade dos pedidos.
3. O Posto Público de Internet poderá realizar protocolos com associações concelhias para a utilização do espaço desde que as actividades a desenvolver estejam inseridas nos objectivos do Posto Público de Internet e não interfiram com iniciativas do mesmo.

Artigo 7.º Deveres dos monitores

1. Compete aos monitores:
2. Respeitar os horários de funcionamento do Posto Público de Internet;
3. Zelar pelo material;
4. Auxiliar e apoiar todos os utilizadores de modo a contribuir para a aprendizagem da informática;
5. Auxiliar e apoiar os utilizadores que apresentem deficiências físicas;
6. Dinamizar o Posto Público de Internet (exemplo: divulgação do espaço, criar condições propícias ao trabalho, organizar sessões de esclarecimento e ensino à população);
7. Respeitar e fazer cumprir as regras do Posto Público de Internet;
8. Dar conhecimento imediato de qualquer situação anómala e identificar responsáveis por eventuais prejuízos.



Artigo 8.º Deveres dos utilizadores

Compete aos utilizadores:

1. Respeitar os horários e as demais regras internas do Posto Público de Internet;
2. Zelar pelo material;
3. Pedir auxílio aos monitores sempre que se apresentem dúvidas e necessitem de apoio para a resolução dos seus problemas;
4. No início da utilização deverá fornecer dados pessoais para fins estatísticos de uso do Posto Público de Internet;
5. Acatar as ordens dos monitores presentes.

Artigo 9.º Disposições proibitivas e sancionatórias

1. É expressamente proibido:

- a) A instalação e utilização de qualquer software não original sob pena de comunicação às entidades competentes para sua fiscalização;
- b) A alteração, ou tentativa de alteração, de configurações do sistema;
- c) Fazer downloads, excepto nos termos do ponto 12 do artigo 5.º;
- d) A consulta de páginas que se revelem contrárias aos objectivos deste espaço público, ou que, de qualquer forma, possam ferir a sensibilidade dos restantes utilizadores do espaço;
- e) A utilização da Internet para qualquer fim ilícito;
- f) A utilização deliberadamente deficiente ou lesiva do bom funcionamento dos sistemas, equipamentos e software instalados;
- g) Comer ou beber no espaço;
- h) Fumar;
- i) A entrada de animais.

2. O disposto nas alíneas b), c), d), e) e f) pode dar origem a procedimento e decisão de suspensão de acesso ao Espaço Internet durante um período de 1 a 12 meses conforme a gravidade do acto e a existência ou não de dolo.

3. Ao infractor será sempre dada a oportunidade de ser ouvido previamente à tomada desta decisão.

4. É competente para decidir o presidente da Câmara.

5. Para a eventualidade dos actos praticados implicarem avarias ou danos, todos os custos decorrentes da respectiva reparação ou substituição serão suportados pela pessoa responsável pelos actos praticados.

Artigo 10.º Reserva de admissão e utilização

À Junta de São Martinho do Porto, através do coordenador do Posto Público de Internet de São Martinho do Porto, reserva-se o direito de não autorizar a permanência nas instalações de utentes que desrespeitem as normas de utilização constantes deste regulamento, e que perturbem o normal desenrolar das actividades e dos serviços inerentes àquele espaço.



Artigo 11.º

Disposições finais

A resolução de casos omissos ou dúvidas surgidas, estarão no âmbito das competências da Junta de Freguesia de São Martinho do Porto.

Artigo 12.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia útil seguinte à sua publicação no Diário da República.



São Martinho do Porto, 20 de Junho de 2011

A JUNTA DE FREGUESIA

Alfêrio

João Manuel

António Gomes

.....

Aprovado em Assembleia de Freguesia de 30 de Junho de 2011

A Presidente

[Signature]

O 1º Secretário

Rafaela Sousa Gouveia

O 2º Secretário

[Signature]